

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia

Congruência Epistemológica do Behaviorismo Radical na Terapia Comportamental

Matheus Canellas Fonseca Barbosa dos Santos

Lisiane Bizarro Araujo

Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia apresentado como requisito parcial para Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia, sob orientação da Prof. Dra. Lisiane Bizarro Araujo.

Correspondência sobre este trabalho pode ser enviada para Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Santa Cecília, Porto Alegre – RS, 90035-003. Contato: matheus-fb@hotmail.com

Sumário

Resumo	3
Justificativa.....	4
Revisão da Literatura.....	5
Epistemologia.....	5
Princípios Epistemológicos da Análise do Comportamento.....	6
Seleção por consequências e determinismo.	7
Monismo.....	7
Pragmatismo.....	8
Psicopatologia.....	9
Personalidade.....	11
Autoconhecimento	12
Terapia comportamental.....	13
Comunicação	14
Exemplos de Caso.....	15
Culpabilização.....	15
Questionar Crenças.....	18
Considerações Finais	18
Referências	20

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo revisar criticamente a literatura sobre o tema da congruência epistemológica do Behaviorismo Radical na terapia comportamental. É explanado o conceito de epistemologia utilizado, seguido por princípios epistemológicos da Análise do Comportamento, ciência que utiliza a filosofia do Behaviorismo Radical, no que concerne a seleção por consequências, determinismo, monismo e pragmatismo. Utilizando tais princípios, de acordo com o disponível na literatura, são abordados os temas de interesse à Psicologia: psicopatologia, personalidade e autoconhecimento. São discutidos aspectos da terapia comportamental e a comunicação terapeuta-cliente. Dois exemplos de casos fictícios, construídos a partir de amálgamas de situações hipotéticas e reais, são expostos. A congruência epistemológica é discutida enquanto possibilidade para auxiliar o trabalho do psicólogo em sua atuação na terapia comportamental.

Justificativa

O treinamento de psicoterapeutas torna necessário o questionamento sobre qual a forma mais eficaz de ensinar os psicoterapeutas para que sejam efetivos na psicoterapia. O ensino de diferentes terapias pode ser focado nas técnicas específicas de cada uma, nas teorias que as embasam, em fatores comuns de diversas psicoterapias ou em técnicas ecléticas sem discernir suas afiliações teóricas ou metodológicas.

Para responder qual tipo de treinamento pode ser mais eficaz nos programas de formação em psicoterapia, seria necessário um número expressivo de pesquisas empíricas comparando as diferentes formas de treinamento entre si, de acordo com os resultados produzidos no desfecho clínico. O conhecimento produzido sobre a eficácia dos programas e métodos de formação em psicoterapia, porém, é limitado devido à complexidade da pergunta e da dificuldade de clarificar as questões de pesquisa (Herbert, Gaudiano, & Forman, 2013).

Uma perspectiva integrativa entre as psicoterapias tem sido defendida por alguns pesquisadores (Castonguay, Eubanks, Goldfried, Muran, & Lutz, 2015; Zarbo, Tasca, Cattafi, & Compare, 2016). A integração pode ser feita de diferentes formas, nem sempre suficientemente descritas na literatura. Alguns profissionais defendem a utilização de diferentes técnicas com a justificativa de que um ecletismo técnico vai ser aplicável a uma maior diversidade de pessoas e problemas.

O ecletismo, no entanto, também é encontrado nas teorias utilizadas (Costa, 2002). Fazendo isso, terapeutas podem utilizar intervenções diversas (que podem, de fato, resolver a demanda do cliente), mas talvez não consigam formular uma explicação satisfatória de *por que* aquela intervenção específica funcionou. Uma compreensão causal parcimoniosa permitiria generalizar o conhecimento a outras situações. Além disso, compreensões causais coesas permitem a pesquisa de novos métodos de tratamento. Quando a formulação causal que funcionou em terapia é confusa, a hipótese a ser testada também fica difusa e dificulta a compreensão do que, de fato, funciona.

A prática clínica exige criatividade do profissional para lidar com situações novas advindas da história de vida única de cada cliente. Para isso, o terapeuta pode ter uma quantidade grande de técnicas de diversas origens ou possuir uma coerência teórica basal suficiente que permita uma flexibilidade técnica dentro de um único modelo de psicoterapia (Marçal, 2010).

No último caso, o terapeuta buscaria um conhecimento teórico baseado em pressupostos filosóficos no que concerne a ontologia, gnosiologia e epistemologia, por exemplo. Diante do exposto acima, é possível hipotetizar que o terapeuta teoricamente congruente possui uma visão mais ampla sobre o funcionamento do paciente e pode intervir de maneira mais segura, com intervenções criativas e adequadas às demandas específicas do paciente em tratamento.

A congruência epistemológica pode ser de extrema importância para o andamento correto de diversas psicoterapias. Uma das abordagens de psicoterapia amplamente utilizada no mundo é a terapia comportamental (Borges & Cassas, 2012; De-Farias, 2010; P. Sturmey, 2007). Existem diversos modelos de terapia comportamental, agrupados dentro da categoria Análise Comportamental Clínica (P. Sturmey, 2007), Terapias Comportamentais Contextuais ou Terapias Comportamentais de Terceira Geração (Steven C Hayes, 2004; Lucena-Santos, Pinto-Gouveia, & Oliveira, 2015). Muitos dos modelos de terapia comportamental possuem como base a Análise do Comportamento (AC), que segue os pressupostos filosóficos do Behaviorismo Radical (BR) ao estudar e intervir no comportamento (Costa, 2002). Devido às diferenças existentes entre as terapias comportamentais, ainda é incerto em que nível o BR serve de base para a compreensão de caso dos diversos terapeutas comportamentais (Leonardi & Meyer, 2016; Swan & MacDonald, 1978).

O presente estudo tem por objetivo geral, portanto, revisar criticamente a literatura sobre o tema da congruência epistemológica do Behaviorismo Radical na terapia comportamental. Os objetivos específicos são (1) explorar de que forma os princípios filosóficos do Behaviorismo Radical influenciam a prática clínica e (2) exemplificar de que forma a comunicação do terapeuta com o cliente pode ocorrer quando a congruência epistemológica é considerada.

Revisão da Literatura

Epistemologia

A definição de epistemologia aqui utilizada pode ser descrita como a necessidade de validação daquilo que se conhece (Gomes, 2009). Ou seja, a epistemologia define quais são os critérios lógicos para conferir e confirmar se aquilo que é dito como verdadeiro pode, de fato, ser verdade.

Considerando os objetivos do presente trabalho, congruência epistemológica pode ser definida, então, como uma consistência dos critérios utilizados para validação do conhecimento. Portanto, há congruência quando são coesos os princípios que servem de base para avaliar se determinada “verdade” pode ser considerada válida. A congruência epistemológica ocorre quando os critérios de verdade estipulados pela epistemologia do BR, por exemplo, se tornam critérios de verdade que guiam o andamento da terapia e estabelecem os parâmetros de melhora.

Princípios Epistemológicos da Análise do Comportamento

A corrente teórica predominante que embasa a Análise do Comportamento atual é o Behaviorismo Radical (BR), iniciada por B. F. Skinner (Skinner, 1974/2011). Ela se construiu a partir de críticas e lacunas que não eram preenchidas pelas correntes iniciais do behaviorismo¹.

A elaboração do BR foi relevante para a AC. Skinner (1974/2011) sentiu a necessidade de revisitar diversos pontos de seu trabalho, pois este foi largamente criticado por aspectos do trabalho de seus predecessores, notavelmente do behaviorismo de Watson (Ruiz, 1995). O BR enquanto filosofia responde a muitas das críticas erroneamente formuladas para a AC. Para uma introdução sobre as diferentes linhas dentro do behaviorismo, Costa (2002) faz reflexões sobre as principais divergências entre as teorias, assim como algumas possíveis implicações práticas.

Os princípios filosóficos do BR embasam a ciência e a forma como serão validados os conhecimentos, as regras e as verdades que surgem nas aplicações da AC. As implicações da utilização desses critérios de verdade estão presentes na prática clínica (Marçal, 2010).

¹ O termo *radical* é utilizado por inserir no escopo do conhecimento científico questões sobre a *raiz* do comportamento, ou seja, seu principal fator causal – o ambiente. Radical, nesse contexto, está no sentido de “básico” ou “fundamental”, ou ainda pela analogia com a parte oculta de uma planta. A compreensão da raiz dos comportamentos é importante para explicação de comportamentos como pensar e sentir (Carrara & Strapasson, 2014).

Seleção por consequências e determinismo.

Skinner (1981/2007) propôs a seleção por consequências para ser utilizada como modelo causal para a ocorrência de comportamentos, de forma semelhante à proposta da seleção natural de Darwin para variações genéticas. O modelo pode ser sintetizado como:

“O comportamento humano é o produto conjunto de a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído.” (p. 131)

Os três níveis de seleção são comumente referidos como filogenético (a), ontogenético (b) e cultural (c). A seleção por consequências ocorre nos três níveis e sugere que os comportamentos que compõem o repertório de um organismo são mantidos pelas consequências (e.g., reforço ou punição) que produzem (Skinner, 1981/2007). Para explicar por que alguns comportamentos, mesmo que aparentemente prejudiciais, se mantêm por longos períodos, Skinner propõe que, nos contextos em que tais respostas comportamentais aparentemente “disfuncionais” ocorrem, variações mais saudáveis das respostas comportamentais não foram selecionadas.

Sendo a seleção por consequências o modelo de causalidade utilizado, um clínico analítico-comportamental entende que os determinantes do comportamento estão situados historicamente nos três níveis de seleção (Sampaio & Andery, 2012). Portanto, o comportamento não é produto de uma vontade/pensamento/crença ou entidade mentais livre de influências ambientais (Dittrich, 2012). As variáveis ambientais que antecedem e consequenciam a resposta comportamental serão, portanto, buscadas através da interação com o cliente (Leonardi, Borges, & Cassas, 2012).

Por exemplo, não é aceita uma explicação como “eu fiz porque quis”, dado que ela não segue os critérios dessa epistemologia. Essa explicação dá a entender que pode existir uma entidade interna (vontade ou desejo) que causou comportamentos externos. Um terapeuta analítico-comportamental não negaria o fenômeno do desejo, mas inclui-lo-ia dentro dos comportamentos a serem entendidos e explicados a partir de variáveis históricas e ambientais (Barbosa & Marques, 2012).

Monismo.

Os pensamentos, as emoções, sonhos e outros processos privados, geralmente atribuídos a um agente iniciador interno, são todos categorizados como comportamentos, de

acordo com o BR. Portanto, assim como ocorre no caso dos comportamentos publicamente observáveis, os processos “mentais” são influenciados pelo ambiente externo e observáveis pelo sujeito que se comporta (Skinner, 1974/2011). Ademais, a distinção entre externo e interno se dá de forma arbitrária, pois na visão monista tudo está no mesmo plano natural, apenas com dificuldade de acesso ao “mundo sob a pele” (Skinner, 1974/2011). Ou seja, a distinção entre processos privados e públicos não está no nível ontológico, e sim epistemológico (como validar o conhecimento acerca de comportamentos a que só a própria pessoa que os emite tem acesso).

A divisão dos comportamentos humanos em diferentes categorias (e.g. pensamento, emoção e ação) é feita apenas para a conveniência do observador (Linehan, 1993). Essa compreensão é diferente da comumente encontrada em teorias psicológicas, no tangente a definir uma categoria de comportamentos mais importante do que outra. Em teorias cognitivas, por exemplo, encontra-se o pensamento e a emoção como causadores de comportamentos externos (Beck, 2013). Na AC e de acordo com o BR, o status causal se encontra na interação do organismo com variáveis ambientais, preferencialmente na interação da resposta comportamental com a consequência que produz (Skinner, 1974/2011).

Todorov (1989/2012a) argumenta que a psicologia é o estudo de interações. De acordo com o autor, na visão monista, o organismo não age *sobre* o ambiente; ele interage *no* ambiente. Essas interações “(...) envolvem alguma alteração no organismo com alguma alteração no ambiente” (Todorov, 2012b, p. 33).

A compreensão monista de organismo e ambiente, aplicada ao comportamento de conhecer, leva a entender que não há distinção ontológica entre aquele que conhece e o objeto o qual se conhece (Neno, 2003). Essa interação do conhecedor o altera, na medida que também o permite alterar o mundo ao seu redor. “Não é possível ocorrer qualquer ação do organismo sem alguma relação com o ambiente, externo ou interno ao organismo. Isso é elementar. Por isso, dizemos que comportamento não é coisa; é processo” (Todorov, 2012b, p.34). O ambiente, portanto, pode ser entendido como todo o contexto externo *ao comportamento em análise*, não necessariamente externo ao organismo como um todo.

Pragmatismo.

O BR inclui no conhecimento científico fenômenos como a subjetividade e os outros processos “mentais” por existir uma comunidade verbal que permite a capacidade de descrever e de comunicar esses estados (Ruiz, 1995; Simonassi, Tourinho, & Silva, 2001). As dificuldades dessa análise são reconhecidas, e cientistas da área precisam trabalhar para não

inferir estados internos sem ter uma descrição adequada destes, assim como não os ignorar por serem de difícil acesso (e adotar um modelo de “caixa preta”). Mantendo esse equilíbrio entre observação e inferência, o cientista pode encontrar certo grau de confiabilidade sobre o conhecimento produzido (Gongora & Abib, 2001).

Teóricos têm aproximado os critérios de verdade utilizados pelo BR da filosofia pragmatista, devido à utilização do conhecimento científico como uma forma de operar no mundo (Borba & Tourinho, 2009; Tourinho & Neno, 2003). Ou seja, não se pressupõe que a “verdade” alcançada via observação científica corresponde a uma realidade externa e objetiva. A ciência é produzida por uma comunidade verbal que não é isenta daquilo que ela estuda, o que fica ainda mais evidente quando o estudo se dá sobre o comportamento. Conhecer, portanto, também é considerado comportamento e somente faz sentido em um nível no qual o conhecimento pode ser utilizado para algo.

O critério de verdade poderia ser avaliado, então, a partir de seu poder explicativo. Quanto mais algum conhecimento permite explicar o fenômeno e que o cientista funcione de determinada forma, mais esse conhecimento pode ser considerado verdade (Baum, 2006). Assim, pode-se pensar em níveis de verdade, não mais num binarismo verdadeiro-falso.

Psicopatologia

Os “sintomas”, ou comportamentos considerados problemáticos também devem ser explicados seguindo os princípios do BR (Boas, Banaco, & Borges, 2012). Não são consideradas suficientes explicações no modelo de sintomas que surgem causados por mecanismos patológicos subjacentes (sejam mentais, neurológicos ou espirituais), pois o BR entende que os comportamentos são determinados pelas consequências que produz.

Numa visão mentalista, por exemplo, a depressão poderia ser explicada por cognições que levam a comportamentos depressivos. Numa visão organicista, por outro lado, poderia ser argumentado que a depressão foi originada por um déficit de neurotransmissores no cérebro que causou os mesmos comportamentos públicos. Quando essas explicações – ambas internalistas – são consideradas válidas, deixa-se de investigar as relações que o organismo estabeleceu com seu ambiente ao longo de sua história, o que, dentro da perspectiva analítico-comportamental, seria mais útil para compreender e intervir (Borba & Tourinho, 2009).

Os “pensamentos depressivos”, ou crenças, assim como os possíveis déficits de neurotransmissores, por razões óbvias, não podem ter suas existências negadas. O que

diferencia a compreensão behaviorista radical das mencionadas acima é o *status causal* estabelecido entre esses fenômenos (Barbosa & Marques, 2012). Num modelo monista, materialista e entendendo que os comportamentos são *selecionados* pelas consequências que produzem no ambiente, o próprio organismo é compreendido como sendo modificado por suas interações com o ambiente. Em outras palavras, os pensamentos não causaram a depressão, mas fazem parte dela. As causas, portanto, devem ser investigadas na história do indivíduo, já que essa teoria dá razões para entender que esses comportamentos são funcionalmente relacionados a variáveis históricas e atuais que selecionaram a depressão.

Os comportamentos que caracterizam transtornos mentais, portanto, podem ser considerados como respostas “normais” a situações que selecionaram e mantiveram esses comportamentos ao longo do tempo (Sidman, 1960). Os indivíduos não são vistos como tendo falhas ou defeitos em relação a processos psíquicos internos que levariam a comportamentos "disfuncionais", mas sim como apresentando o comportamento *funcionalmente adequado* ao contexto em que estava inserido. Ainda que reforçados por consequências ambientais, os comportamentos podem trazer prejuízos e sofrimento, dado que o conceito de reforçamento não está atrelado a concepções morais ou hedônicas de “bom” ou “agradável”, mas sim do aumento da frequência da resposta, que pode se dar de várias maneiras (Ferster, 1973).

Em relação à classificação dos transtornos mentais, em manuais diagnósticos como o DSM-5 (APA, 2014), o BR apresenta diversas ressalvas em detrimento de seus embasamentos teóricos distintos. O manual apresenta uma descrição topográfica dos transtornos, enquanto a AC busca uma avaliação funcional que identifique variáveis controladoras do comportamento (Sousa, 2003). A descrição topográfica do DSM-5 pode ser utilizada como um recurso possível dentro da prática clínica comportamental, mas deve sempre ser acompanhada de uma avaliação contextual e funcional (Sousa & Vandenberghe, 2005).

A visão tradicionalmente patológica de transtornos mentais, embora ainda presente, já foi questionada na versão atual do DSM, que incluiu na Seção III um modelo alternativo para o diagnóstico de transtornos da personalidade:

"A abordagem diagnóstica empregada neste Manual representa a perspectiva categórica de que os transtornos da personalidade são síndromes clínicas qualitativamente distintas. Uma alternativa a essa abordagem categórica é a perspectiva dimensional de que os transtornos da personalidade representam variantes mal-adaptativas de traços de personalidade que se fundem imperceptivelmente com a normalidade e entre si." (APA, 2014, p. 646)

Personalidade

Outro exemplo comum é encontrar explicações internalistas do comportamento baseando-se numa causalidade iniciada na personalidade (i.e. dizer que alguém comportou-se de maneira impulsiva *porque* tem uma personalidade borderline, por exemplo). De forma geral, a Análise do Comportamento não utiliza o termo “personalidade” em seu vocabulário. A construção do conceito de personalidade parte de princípios e critérios de verdade diferentes daqueles do BR (Banaco, Vermes, Zamignani, Martone, & Kovac, 2012). Para explicar o termo mantendo a congruência epistemológica, portanto, os autores costumam descrevê-lo a partir de outros conceitos.

A personalidade, como é geralmente descrita, se refere a um padrão consistente de comportamentos em diferentes situações, que só será constante, na perspectiva comportamental, se as características do ambiente que a determina forem constantes (Sousa & Vandenberghe, 2005). Uma explicação de causalidade de um transtorno de personalidade que atribui o comportamento a características de personalidade é considerada tautológica. Assim como os outros exemplos mencionados, é necessário saber quais foram os determinantes ambientais do comportamento-problema, para que assim possam ser alteradas as contingências contextuais.

O termo personalidade, dentro da literatura analítico-comportamental, é frequentemente utilizado como sinônimo de “eu” ou “*self*”, ou como “um repertório de comportamento partilhado por um conjunto organizado de contingências” (Skinner, 1974/2011, p. 130), podendo também ser descrito como “conjunto de respostas funcionalmente unificado” (Sousa & Vandenberghe, 2005).

Para adquirir a noção de *self*, é necessário que o indivíduo desenvolva um repertório verbal sobre si mesmo, que só é possível dentro de uma comunidade verbal que o ensine. O ambiente desenvolve a habilidade da pessoa descrever-se como descreveria outra pessoa, desenvolvendo a resposta verbal “eu”. Ou seja, o *self*, dentro da AC e de acordo com o BR, é considerado um comportamento verbal reforçado ao longo da história do indivíduo (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001).

A prática clínica das terapias comportamentais tem foco no nível ontogenético de seleção dos comportamentos, já que é onde há mais possibilidades de intervenção. Ainda assim, a teoria não ignora a seleção filogenética e os determinantes genéticos do comportamento. O conhecimento científico disponível não é definitivo sobre o assunto, mas há crescente evidência

de herdabilidade de características que influenciam a chamada personalidade (Sanchez-Roige, Gray, MacKillop, Chen, & Palmer, 2017).

Autoconhecimento

Para o BR, o organismo humano é compreendido enquanto um sujeito operante localizado em um contexto preexistente envolvente (Álvarez, 2011). Essa compreensão pode ser resumida na frase: “Os homens agem sobre o mundo, modificando-o, e são, por sua vez, modificados pelas consequências de sua ação” (Skinner, 1957/1978, p. 1). Ainda que utilizando “homens” para se referir a todas as pessoas, o trabalho de Skinner tem sido reconhecido e utilizado para reconstruções com o feminismo, adotando uma linguagem mais inclusiva ainda no século XX (Ruiz, 1995).

Essa compreensão interacionista permite a inserção de mais variáveis importantes quando o comportamento for analisado pelo cientista. Assim, explicações causais a partir de mecanismos internos são entendidas como incompletas, assim como explicações do comportamento determinado pelo ambiente externo que não incluem a participação do sujeito na produção das próprias contingências (Todorov, 1989/2012a).

Adotando essa perspectiva, portanto, busca-se explicações mais aprofundadas sobre os motivos, ou determinantes, da ocorrência de comportamentos. Ainda que o conhecimento científico seja um comportamento verbal e não uma correspondência objetiva à realidade “verdadeira”, esse conhecimento pode ser o mais útil quanto possível para os fins da intervenção a que se propõe (Neno, 2003). Com essa finalidade, a congruência epistemológica é importante para manter a parcimônia da compreensão acerca do sujeito.

Uma pessoa que desenvolve autoconhecimento (em outras palavras, sabe identificar e descrever suficientemente os determinantes de seu comportamento) está mais apta a prever e controlar seu próprio comportamento (Skinner, 1974/2011). Isso se dá devido às contingências específicas que podem ser estabelecidas numa comunidade verbal, que constroem, de diferentes formas, repertórios comportamentais de uma noção de *self* (Moreira et al., 2017). Certas contingências de que a comunidade verbal dispõe, como a psicoterapia, podem favorecer o desenvolvimento de um repertório maior de autoconhecimento (Marangoni & Ferreira, 2018).

Terapia comportamental

Os diversos tipos de terapias comportamentais possuem uma ferramenta comum em seu funcionamento, a avaliação funcional do comportamento (P. Sturmey, Ward-Horner, Marroquin, & Doran, 2007). Na clínica analítico-comportamental, o terapeuta conceitualiza o caso através de avaliações funcionais (Leonardi et al., 2012), considerando todo o contexto que faz com que os comportamentos sejam emitidos e mantidos. A partir da avaliação, o terapeuta pode modificar as contingências ambientais em conjunto com o paciente e mudar o comportamento na direção desejada.

Por razões históricas e contextuais, o desenvolvimento das terapias comportamentais se deu de formas distintas de acordo com o local e condições específicas. Isso poderia levar a um distanciamento das práticas, mas há um movimento atual de tentativas de aproximação teórica e metodológica.

Essa preocupação em manter uma congruência aparece na literatura já há alguns anos, mas parece não ser um tópico central de discussão para a formação de terapeutas, pela escassez de publicações abordando o tema. Hayes, Hayes, & Reese (1988) discutem os motivos de haver conflitos filosóficos entre teorias psicológicas, com ênfase na Análise do Comportamento. Já nessa publicação, havia questionamentos sobre como resolver as incompatibilidades de visões de mundo distintas.

Apesar da concordância com relação ao uso da avaliação funcional, ainda há dificuldade em definir o que pode ser considerado dentro do rótulo “terapeuta comportamental” (Leonardi & Meyer, 2016). Existe certo consenso de que o terapeuta comportamental atua a partir do seguimento de conceitos e da metodologia behaviorista, enquanto as técnicas específicas que serão usadas em terapia são secundárias (Franks, 2011). A prática de um profissional pode se encaixar sob o rótulo de terapia comportamental se for baseada nas ciências do comportamento e na filosofia behaviorista radical (Borges & Cassas, 2012).

Congruência Epistemológica

Mesmo tendo bem definida a epistemologia a ser utilizada, pode ser difícil, para o terapeuta, conseguir comunicar-se com o cliente por ter uma teoria e um vocabulário de conceitos que diferem muito do senso comum, que provavelmente o cliente irá reproduzir em sessão. A relação da díade terapeuta-cliente serve como base para todo o trabalho a ser feito

em terapia, e os comportamentos de ambos devem ser levados em análise durante o processo (Wielenska, 2012).

Mesmo sem uma compreensão teórica coesa, um terapeuta pode estabelecer uma comunicação empática que sirva para a relação da terapia. Pesquisadores e terapeutas concordam com a importância da empatia dentro da relação terapêutica, ainda que não haja consenso sobre a definição do termo (Elliott, Bohart, Watson, & Greenberg, 2011) ou sobre quais as relações que a empatia estabelece, de fato, durante a interação com o cliente (Kanamota, Bolsoni-Silva, Setsuo, & Kanamota, 2017).

Enquanto compreendida como uma classe de comportamentos, a empatia segue as mesmas leis e os princípios que estabelecem e mantêm quaisquer outros comportamentos. Assim, ela é passível de ser aprendida através de contextos apropriados (Dogan et al., 2017; LeBlanc et al., 2003; Marzullo-Kerth, Reeve, Reeve, & Townsend, 2011; Reeve, Reeve, Townsend, & Poulson, 2007; Schrandt, Townsend, & Poulson, 2009; Vettorazzi et al., 2006), como a terapia pode ser.

Ainda assim, relações empáticas não são exclusivamente encontradas em terapia. Essa interação específica tem potencial para aplicar conhecimentos sobre o comportamento a fim de promover mudanças eficazes e duradouras. O repertório de autoconhecimento parcimonioso – melhor construído de forma congruente – traz possibilidades para essas mudanças.

Comunicação

A comunicação da díade pode ser complicada pelo uso de vocabulários muito distintos, assim como princípios epistemológicos mais ou menos coerentes e congruentes entre si. No senso comum (mais utilizado pelos clientes), pode-se encontrar inúmeras contradições lógicas e atribuições causais aos mais diversos níveis (desde os pensamentos imediatamente anteriores ao comportamento, até causas de entidades metafísicas). O debate dentro da comunidade científica sobre como deve se dar esse encontro ainda não encontrou um consenso, e o conhecimento sobre a comunicação com o cliente está sendo construído (Santos, Santos, & Marchezini-Cunha, 2012).

Falar de forma mentalista em uma cultura internalista, para os efeitos das relações cotidianas, pode ser produtivo (Rouse & Morris, 1986). A comunicação com o cliente talvez precise de termos mentalistas, principalmente no início da interação, mas pode se mostrar mais útil migrar para falas que utilizam a análise funcional como base de raciocínio. Com o uso de

termos relacionados às causas do comportamento pode ser possível promover autoconhecimento no cliente, de forma que este consiga analisar e modificar seus próprios comportamentos de forma mais efetiva no futuro.

Caso bem-sucedido, o desenvolvimento desse repertório está de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo no que diz respeito a ser vedado “prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais” (CFP, 2005, p. 10). Um repertório mais simples e flexível de autoconhecimento pode ser aplicável a diversas situações e é trabalho do terapeuta comportamental facilitar tal repertório.

Alguns terapeutas comportamentais defendem o uso de *middle-level terms*, i.e., dar preferência aos termos utilizados pelo paciente para promover autoconhecimento (Steven C Hayes, Barnes-Holmes, & Wilson, 2012). A justificativa para o uso de tais termos é que, dada a preocupação pragmática de treinar terapeutas e conseguir que eles desenvolvam melhora em seus clientes, termos-meio podem facilitar a comunicação em terapia. No entanto, o uso de termos mais acessíveis pode reforçar descrições pouco acuradas do comportamento, buscando por causas externas ao invés de causas contextuais (McEnteggart, Barnes-Holmes, Hussey, & Barnes-Holmes, 2015).

Exemplos de Caso

A congruência epistemológica perpassa todo o processo da psicoterapia, mas pode estar mais ou menos presente de acordo com cada momento e suas muitas variáveis controladoras do terapeuta e do cliente. Abaixo, há dois exemplos de possíveis situações afetadas pela congruência do terapeuta. Os casos utilizados são amálgamas e não representam diretamente pessoas reais.

Culpabilização

A visão interacionista se expressa na comunicação com clientes de forma a entender quais são as variáveis contextuais importantes para a ocorrência do comportamento, quais as consequências que o comportamento exerce no contexto e qual a função dessa interação. Em alguns casos, no entanto, isso pode ser mal compreendido dependendo do nível da análise.

Por exemplo, uma cliente inserida num relacionamento abusivo pode ser interpretada de diferentes formas de acordo com o referencial teórico do terapeuta. Alguém com uma

compreensão internalista pode argumentar que ela está nessa situação devido a mecanismos internos que a levam a buscar parceiros que a abusam, talvez inconscientemente. Por outro lado, uma explicação externalista pode ignorar os comportamentos da pessoa que contribuem para a manutenção do contexto abusivo.

A análise funcional, com compreensão interacionista, deve incluir variáveis do ambiente e do comportamento do organismo. Isso pode ser entendido como culpabilização da vítima do abuso, se a ênfase da análise ficar nos comportamentos de manter-se na relação. A análise mais completa deve levar em consideração, por exemplo, os repertórios desenvolvidos por essa pessoa enquanto inserida numa cultura que reforça comportamentos de submissão da mulher, como foi o controle que isso exerceu sobre ela durante sua vida, quais são seus repertórios que produzem fontes de reforçamento em outros contextos não abusivos, entre outras variáveis.

Essa análise não tem sentido de buscar “a culpa” da situação. Entende-se que todo comportamento é determinado e, portanto, deve-se buscar, identificar e descrever quais os determinantes para que se possa fazer uma mudança, tanto a nível individual quanto social.

Bell e Naugle (2006) expuseram uma breve visão geral de três teorias que tentam explicar o fenômeno da permanência em relacionamentos abusivos, e propõem uma visão analítico-comportamental que integra as diferentes teorias dentro dessa compreensão através das contingências envolvidas.

O primeiro modelo exposto é o do desamparo aprendido, que descreve a apresentação não-contingente de estímulos aversivos. Ou seja, independentemente do comportamento, são feitas punições. No caso de relacionamentos abusivos, isso pode levar a um sentimento de impotência na pessoa.

O segundo modelo é o da “armadilha psicológica” (*psychological entrapment*), que diz respeito a comportamentos com a expectativa de serem recompensados um dia (por exemplo, ceder aos pedidos do parceiro na esperança de que esse comportamento um dia vai levar à redução da violência e melhorar o relacionamento). Tentativas iniciais malsucedidas são seguidas de uma insistência e aumento do investimento, e o relacionamento seria mantido pela lógica de “já investi muito, não posso desistir agora”.

O terceiro modelo é calcado na lógica de investimento. Ele descreve uma análise de custo/benefício que seria feita nas decisões de manter o relacionamento.

Para uma compreensão comportamental da decisão de ficar ou sair do relacionamento abusivo, assim como qualquer outro comportamento, sempre se faz necessária uma análise funcional individual para entender a pessoa específica, já que esse modelo busca entender, de

forma aprofundada, a idiosincrasia. No entanto, estudos como o de Bell e Naugle (2006) descrevem contingências comumente encontradas nessas situações, assim como variáveis geralmente presentes na cultura, que podem ser úteis ao analisar o caso individual.

É possível haver um estranhamento com uma explicação que inclui os comportamentos da vítima enquanto mantenedores da situação de abuso. Isso pode se dar devido à falta de compreensão behaviorista radical sobre a liberdade.

A ideia predominante no senso comum é a do livre arbítrio. Também se encontra em algumas teorias psicológicas, a concepção de que os seres humanos possuem uma razão suficiente para analisar o mundo ao seu redor e tomar decisões livres de acordo com seus pensamentos, desde que não estejam em condições de óbvia coerção.

O Behaviorismo Radical, por outro lado, acredita que não é possível estar livre do controle de variáveis ambientais e históricas (Skinner, 1971). Nessa perspectiva, o organismo só pode se comportar (aqui também se inclui pensar, ter opiniões, sentir, fazer decisões etc.) de acordo com as condições de que se dispõe em determinado momento. Essas condições são dadas pelos três níveis de seleção e, mesmo que a pessoa não se sinta forçada ou obrigada a escolher ou fazer algo, não significa que está livre de ter sido controlada.

Para chegar numa noção de liberdade mais adequada dentro da perspectiva analítico-comportamental, o indivíduo deve, primeiro, desenvolver um repertório suficiente de autoconhecimento (Brandenburg & Weber, 2005). A partir daí, entendendo por que e como foi instalada e mantida a situação de abuso, no exemplo citado acima, e identificando repertórios alternativos que possam basear o desenvolvimento da pessoa em contextos não abusivos, é possível se aproximar do conceito de liberdade como é compreendido pelo Behaviorismo Radical.

Com essa situação na clínica, um terapeuta mais eclético poderia comportar-se de formas inadequadas por não estar sob controle da teoria aqui exposta acerca da liberdade. Caso só conhecedor da parte mais “superficial” da teoria, resumida na regra simplificada “a pessoa produz as próprias contingências”, o terapeuta dependeria unicamente da empatia para não culpabilizar a mulher abusada, por exemplo. Assim, poderia ser incongruente com o repertório de autoconhecimento que tenta construir com a cliente em terapia, pois ficaria no impasse “culpar a vítima vs. culpar a situação”.

Questionar Crenças

Com uma posição pragmatista, o terapeuta não presume que existe uma realidade à qual pode se aproximar com uma observação objetiva. Na clínica, clientes trazem descrições de si como “eu sou incapaz”. Algumas abordagens podem fazer um exercício de busca de evidências externas ao indivíduo que corroborem ou não essa frase. Um terapeuta analítico-comportamental tem o pressuposto de que esse comportamento verbal também foi selecionado e mantido por contingências ambientais, assim como os outros repertórios da pessoa.

Investigando, de forma conjunta com o cliente, sua história de aprendizado relacionado a esse comportamento, pode-se ter mais claro qual foi a função dele em sua vida. Também pode ser evidenciado que essa descrição pode ser mais ou menos útil dependendo do contexto, não necessariamente chegando a uma conclusão definitiva de uma verdade “sou capaz” ou “sou incapaz”.

Uma possibilidade para o processo terapêutico seria buscar descrições contextualizadas em suas variáveis determinantes. Através da investigação de sua história de vida, o cliente pode identificar, por exemplo, que contextos produziram e mantiveram essa resposta verbal. Assim, o autoconhecimento vai ao encontro da liberdade para conseguir descrever as contingências controladoras, a fim de modificá-las na direção desejada.

Com esse repertório desenvolvido, também é mais provável que a pessoa consiga ficar sob controle das variáveis ambientais atuais, de modo a diminuir o controle de regras tão restritivas, como são os exemplos de “sou assim mesmo”, “esse é o meu jeito”, “é minha personalidade, não tenho como mudar”, etc. Estando mais conectado ao presente, explicações como “me comportei nessa situação de forma incapaz porque tive esse comportamento aprendido em situações semelhantes no passado” fazem mais sentido e são mais precisamente descritivas, com mais abertura para mudança.

Considerações Finais

A prática clínica se baseia em teorias psicológicas que têm a função de explicar o funcionamento dos comportamentos humanos, a fim de que o profissional possa intervir. Para que isso seja possível, o terapeuta precisa, por sua vez, comportar-se de determinadas formas na interação com o cliente. Considerando esse papel fundamental da teoria sobre a prática, é intuitivo inferir que, a depender de qual teoria for utilizada pelo terapeuta, sua compreensão do sujeito e suas intervenções serão direcionadas por seus princípios epistemológicos.

O Behaviorismo Radical, corrente iniciada por Skinner que, apesar de não ter descrito explicitamente a utilização psicoterapêutica como a finalidade de suas teorizações, tem muita utilidade para o campo. Por estudar o comportamento, com uma parte do seu trabalho sendo dedicada à linguagem, Skinner deixou contribuições muito importantes para a compreensão do comportamento e, por consequência, para intervir neste.

Ainda assim, alguns trechos de Skinner são voltados especialmente à psicoterapia, notadamente em *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2003), sob o conceito de agências controladoras. Essas agências, para ele, são os grupos de pessoas que se organizam mais do que a sociedade como um todo, com a função de manipular variáveis que controlam o comportamento dos outros.

A psicoterapia, portanto, segue a função de modificar o comportamento do indivíduo a partir das interações com o terapeuta, que possui uma teoria lhe guiando sobre o que são comportamentos saudáveis/adequados/bons ou patológicos/inadequados/ruins, por exemplo. Na compreensão behaviorista radical, essas classificações são arbitrariamente definidas por práticas culturais, e seu valor é definido pela sua utilidade, ou o quanto elas servem como condição para que o terapeuta atue em direção a mudanças.

Costa (2002) faz uma discussão sobre o movimento integracionista expressivo que se encontra sob o rótulo “cognitivo-comportamental”, e levanta algumas hipóteses de quais foram as contingências responsáveis por instalar e manter esses comportamentos dos terapeutas. A base teórica encontrada nessa linha é majoritariamente cognitiva, geralmente incorporando técnicas comportamentais.

Ainda assim, a literatura e a prática da Terapia Cognitivo-Comportamental trazem ecletismo e mistura das bases teóricas e epistemológicas de duas linhas de pensamento distintas que, em alguns pontos, são irreconciliáveis. Nesse livro, a autora demonstra descrições comparativas entre as teorias no que concerne, por exemplo, a seus paradigmas, modelos causais, noções de comportamento, concepção de ambiente e visão de sujeito. Com isso, conclui que “o movimento atual de integração entre a terapia comportamental e as terapias cognitivas seja melhor caracterizado como um ecletismo técnico e teórico, mais do que propriamente uma integração” (Costa, 2002, p. 60).

O ecletismo dificulta a pesquisa sobre psicoterapia, uma vez que os processos não são bem diferenciados e testados. Assim, a compreensão sobre o trabalho do terapeuta fica inespecífica, e não permite validar suas bases epistemológicas.

Referências

- Álvarez, M. P. (2011). O sujeito na modificação do comportamento: uma análise comportamental. In V. E. Caballo (Ed.), M. D. Claudino (Trans.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (4th ed., pp. 61–79). São Paulo: Santos.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed.
- Banaco, R. A., Vermes, J. S., Zamignani, D. R., Martone, R. C., & Kovac, R. (2012). Personalidade. In M. M. C. Hübner, M. B. Moreira, E. F. de M. Silveiras, F. B. Assumpção Júnior, & L. Prizskulnik (Eds.), *Fundamentos de Psicologia: Temas clássicos de psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento* (pp. 144–153). Rio de Janeiro: Koogan.
- Barbosa, J. I. C., & Marques, N. S. (2012). O trabalho com relatos de emoções e sentimentos na clínica analítico-comportamental. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 178–185). Porto Alegre: Artmed.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. (M. T. A. Silva, Trans.) (2nd ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Beck, J. S. (2013). *Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática*. (S. M. da Rosa, Trans.) (2nd ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Bell, K. M., & Naugle, A. E. (2006). Understanding Stay/Leave Decisions in Violent Relationships: A Behavior Analytic Approach. *Behavior and Social Issues*, 14(1), 21–45.
- Boas, D. de L. O. V., Banaco, R. A., & Borges, N. B. (2012). Discussões da análise do comportamento acerca dos transtornos psiquiátricos. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 95–101). Porto Alegre: Artmed.
- Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2009). Usos do conceito de eventos privados à luz de proposições pragmatistas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 14(2), 89–96.
- Borges, N. B., & Cassas, F. A. (2012). *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Brandenburg, O. J., & Weber, L. N. D. (2005). Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical. *Psico-USF*, 10(1), 87–92.
- Carrara, K., & Strapasson, B. A. (2014). Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical? *Acta Comportamentalia*, 22(1), 101–115.

- Castonguay, L., Eubanks, C., Goldfried, M. R., Muran, J., & Lutz, W. (2015). *Research on psychotherapy integration: Building on the past, looking to the future. Psychotherapy Research* (Vol. 25).
- Costa, N. (2002). *Terapia Analítico-Comportamental: dos Fundamentos Filosóficos à Relação com o Modelo Cognitivista*. Santo André: ESETec Editores Associados.
- De-Farias, A. K. C. R. (2010). *Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso*. Porto Alegre: Artmed.
- Dittrich, A. (2012). O conceito de liberdade e suas implicações para a clínica. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 87–94). Porto Alegre: Artmed.
- Dogan, R. K., King, M. L., Fischetti, A. T., Lake, C. M., Mathews, T. L., & Warzak, W. J. (2017). Parent-implemented behavioral skills training of social skills. *Journal of Applied Behavior Analysis, 50*(4), 805–818.
- Elliott, R., Bohart, A. C., Watson, J. C., & Greenberg, L. S. (2011). Empathy. *Psychotherapy (Chicago, Ill.), 48*(1), 43–49.
- Ferster, C. B. (1973). A functional analysis of depression. *American Psychologist*. US: American Psychological Association.
- Franks, C. M. (2011). Origens, história recente, questões atuais e estados futuro da Terapia Comportamental: uma revisão conceitual. In V. E. Caballo (Ed.), M. D. Claudino (Trans.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (4th ed., pp. 3–22). São Paulo: Santos.
- Gomes, W. B. (2009). Gnosiologia versus epistemologia: distinção entre os fundamentos psicológicos para o conhecimento individual e os fundamentos filosóficos para o conhecimento universal. *Temas Em Psicologia, 17*, 37–46.
- Gongora, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 3*, 9–24.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy, 35*(4), 639–665.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual Behavioral Science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science, 1*, 1–16.
- Hayes, S. C., Hayes, L. J., & Reese, H. W. (1988). Finding the philosophical core: A review of Stephen C. Pepper's World Hypotheses: A Study in Evidence. *Journal of the*

- Experimental Analysis of Behavior*, 50(1), 97–111. <https://doi.org/10.1901/jeab.1988.50-97>
- Herbert, J. D., Gaudiano, B. A., & Forman, E. M. (2013). The importance of theory in cognitive behavior therapy: a perspective of contextual behavioral science. *Behavior Therapy*, 44(4), 580–591.
- Kanamota, P. F. D. C., Bolsoni-Silva, A. T., Setsuo, J., & Kanamota, V. (2017). *A influência dos comportamentos de empatia e recomendação do terapeuta na interação terapeuta-cliente*. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP)* (Vol. 50).
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (2001). *Psicoterapia Analítica Funcional: criando relações terapêuticas intensas e curativas*. (F. Comte, M. Delitti, M. Z. da S. Brandão, P. R. Oerdyh, R. A. Banaco, & R. Starling, Trans.). Santo André: ESETEC Editores Associados. Originalmente publicado em 1991.
- LeBlanc, L. A., Coates, A. M., Daneshvar, S., Charlop-Christy, M. H., Morris, C., & Lancaster, B. M. (2003). Using video modeling and reinforcement to teach perspective-taking skills to children with autism. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36(2), 253–257.
- Leonardi, J. L., Borges, N. B., & Cassas, F. A. (2012). Avaliação funcional como ferramenta norteadora da prática clínica. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 105–109). Porto Alegre: Artmed.
- Leonardi, J. L., & Meyer, S. B. (2016). Evidências de eficácia e o excesso de confiança translacional da análise do comportamento clínica. *Temas Em Psicologia*, 24, 1465–1477.
- Linehan, M. M. (1993). *Cognitive-behavioral treatment of borderline personality disorder*. New York: Guilford Press.
- Lucena-Santos, P., Pinto-Gouveia, J., & Oliveira, M. da S. (2015). *Terapias Comportamentais de Terceira Geração: guia para profissionais*. Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Marangoni, C., & Ferreira, V. R. T. (2018). Interação terapêutica e comportamento verbal em uma compreensão analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20(1), 59–71.
- Marçal, J. V. de S. (2010). Behaviorismo radical e prática clínica. In A. K. C. R. De-Farias (Ed.), *Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso* (1st ed., pp. 30–48). Porto Alegre: Artmed.
- Marzullo-Kerth, D., Reeve, S. A., Reeve, K. F., & Townsend, D. B. (2011). Using multiple-exemplar training to teach a generalized repertoire of sharing to children with autism. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 44(2), 279–294.

- McEnteggart, C., Barnes-Holmes, Y., Hussey, I., & Barnes-Holmes, D. (2015). The ties between a basic science of language and cognition and clinical applications. *Current Opinion in Psychology*, 2, 56–59.
- Moreira, F. R., Silva, E. F. da, Lima, G. de O., Assaz, D., Oshiro, C., & Meyer, S. (2017). *Comparação entre os conceitos de self na FAP, na ACT e na obra de Skinner*. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (Vol. 19).
- Neno, S. (2003). Análise funcional: definição e aplicação na terapia analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5, 151–165.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Reeve, S. A., Reeve, K. F., Townsend, D. B., & Poulson, C. L. (2007). Establishing a generalized repertoire of helping behavior in children with autism. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 40(1), 123–136.
- Rouse, W. B., & Morris, N. M. (1986). On looking into the black box: Prospects and limits in the search for mental models. *Psychological Bulletin*. US: American Psychological Association.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's Radical Behaviorism: Historical Misconstructions and Grounds for Feminist Reconstructions. *Psychology of Women Quarterly*, 19(2), 161–179.
- Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2012). Seleção por consequências como modelo de causalidade e a clínica analítico-comportamental. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 77–86). Porto Alegre: Artmed.
- Sanchez-Roige, S., Gray, J. C., MacKillop, J., Chen, C.-H., & Palmer, A. A. (2017). The genetics of human personality. *Genes, Brain and Behavior*, 17(3), e12439.
- Santos, G. M. dos, Santos, M. R. M., & Marchezini-Cunha, V. (2012). A escuta cautelosa nos encontros iniciais: a importância do clínico analítico-comportamental ficar sob controle das nuances do comportamento verbal. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos* (pp. 138–146). Porto Alegre: Artmed.
- Schrandt, J. A., Townsend, D. B., & Poulson, C. L. (2009). Teaching empathy skills to children with autism. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 42(1), 17–32.
- Sidman, M. (1960). Normal Sources of Pathological Behavior. *Science*, 132(3419), 61–68.
- Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z., & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 133–142.

- Skinner, B. F. (1971). *Beyond Freedom and Dignity*. Bungay: Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1978). *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix. Originalmente publicado em 1957.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.) (11th ed.). São Paulo: Martins Fontes. Originalmente publicado em 1953.
- Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 129–137. Originalmente publicado em 1981.
- Skinner, B. F. (2011). *Sobre o Behaviorismo* (1st ed.). São Paulo: Cultrix. Originalmente publicado em 1974.
- Sousa, A. C. A. de. (2003). Transtorno de personalidade borderline sob uma perspectiva analítico-funcional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 121–137.
- Sousa, A. C. A. de, & Vandenberghe, L. (2005). A emergência do transtorno de personalidade borderline: uma visão comportamental. *Interação Em Psicologia*, 9(2), 381–390.
- Sturmey, P. (2007). *Functional Analysis in Clinical Treatment*. (P. Sturmey, Ed.). New York: Elsevier.
- Sturmey, P., Ward-Horner, J., Marroquin, M., & Doran, E. (2007). Structural and Functional Approaches to Psychopathology and Case Formulation. In P. B. T.-F. A. in C. T. Sturmey (Ed.), *Functional Analysis in Clinical Treatment* (pp. 1–21). Burlington: Academic Press.
- Swan, G. E., & MacDonald, M. L. (1978). Behavior therapy in practice: A national survey of behavior therapists. *Behavior Therapy*. US: Association for Advancement of Behavior Therapy.
- Todorov, J. C. (2012a). *A Psicologia como estudo de interações*. Brasília: Instituto Walden4. Originalmente publicado em 1989.
- Todorov, J. C. (2012b). Sobre uma definição de comportamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 3, 32–37.
- Tourinho, E. Z., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*, 31(1), 63–81.
- Vettorazzi, A., Frare, E., Chedid De Souza, F., Pamplona De Queiroz, F., Gomes De Luca, G., Moskorz, L., & Mitsue Kubo, O. (2006). Avaliação de um programa para ensinar comportamento empático para crianças em contexto clínico. *Interação em Psicologia*, 9, 355-369
- Wielenska, R. C. (2012). O papel da relação terapeuta-cliente para a adesão ao tratamento e à mudança comportamental. In N. B. Borges & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica analítico-*

comportamental: aspectos teóricos e práticos (pp. 160–165). Porto Alegre: Artmed.

Zarbo, C., Tasca, G., Cattafi, F., & Compare, A. (2016). *Integrative Psychotherapy Works*. *Frontiers in Psychology* (Vol. 6).